



O FUNCIONAMENTO DA CAIXA ESCOLAR DO GRUPO ESCOLAR DE DIAMANTINA (1908 – 1909)

Luan Manoel Thomé ¹

RESUMO

O presente estudo tem como objetivo investigar o funcionamento da Caixa Escolar do Grupo Escolar de Diamantina (GED). O recorte temporal escolhido, justifica-se pelo registro das finanças do grupo ter ocorrido a partir de 1908, e 1909, ano que marcou a primeira troca da direção do educandário. Como metodologia, inicialmente foi realizada uma pesquisa bibliográfica sobre a temática, após isso, deu-se a análise documental do Livro Caixa Escolar (1907) e na legislação educacional da época. A reforma João Pinheiro expandiu o acesso das crianças à educação primária, através dos grupos escolares. O aumento da oferta, desencadeou a necessidade de haver mais recursos financeiros, a legislação educacional não evidenciava a obrigação do Estado em fornecer subvenções periódicas às escolas, por isso, desde o primeiro ano de funcionamento do Grupo Escolar de Diamantina, a Câmara Municipal fazia um repasse mensal para a Caixa Escolar do educandário, para custear parte das despesas, além disso, as receitas advinham de eventos promovidos pelo GED como teatros e concertos musicais. Como despesas foram identificadas as compras de materiais escolares, materiais de manutenção, panos, uniformes para os alunos pobres e pagamento aos prestadores de serviços. Pelos registros fica evidente que a Caixa Escolar da instituição, durante a gestão do diretor Cícero Arpino Caldeira Brant sempre se manteve com saldos positivos.

Palavras-chave: Grupo escolar, Caixa Escolar, Diamantina.

INTRODUÇÃO

O presente estudo tem como objetivo investigar o funcionamento da “Caixa Escolar do Grupo Escolar de Diamantina”, na gestão do primeiro diretor Cícero Arpino Caldeira Brant. O recorte temporal escolhido, justifica-se pelo registro das finanças do grupo ter ocorrido a partir de 1908, e 1909, ano que houve a primeira troca de direção do educandário – o governo do Estado alegou que houve uma diminuição na frequência do grupo, por isso havia a necessidade de diminuir o número de profissionais.

No campo investigativo da história da educação, diversas investigações têm-se debruçado sobre as práticas escolares de diversas instituições. Nesse sentido, esta pesquisa vem contribuir para este cenário, ao trazer para a discussão aspectos

¹ Mestre em Educação pela Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM) e professor do curso de Pedagogia da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG)/ Unidade Cláudio, luan.thome@uemg.br.



relacionados à organização financeira deste educandário na primeira República em Diamantina.

Quanto à metodologia, esta pesquisa é qualitativa, inicialmente foi realizada uma pesquisa bibliográfica sobre os temas: educação republicana, grupos escolares e caixa escolar. Como procedimento para a produção de dados, adotou-se a análise documental no Livro de Caixa Escolar e na legislação da reforma João Pinheiro, dessa forma foram coletadas informações sobre as receitas e despesas desta instituição de ensino – símbolo da educação republicana na cidade que era centro no Brasil Império.

REFERENCIAL TEÓRICO

O final do século XIX é marcado por diversas mudanças no cenário mundial, no Brasil, em 1889 é proclamada a República – um movimento que não contou com a participação popular, sendo na verdade um golpe dos militares. Este período tem como premissa aversão a tudo que remetesse ao passado Imperial, cuja característica era o domínio português. “Futuro que impunha desmanchar o passado e tudo o que ele implicava: monarquia, sociedade do privilégio, escravidão, romantismo, clericalismo” (MELLO, 2009, p. 29), entretanto sabemos que esta foi a promessa, mas na prática a história foi outra.

“Para além das mudanças políticas esperadas pelo novo regime imposto, a sociedade, como um todo, via na República uma oportunidade de redenção de todos os problemas vinculados ao império” (CARVALHO; BERNARDO, 2012, p. 151). O discurso de modernidade influenciou diversos setores, na área econômica – uma ênfase na atividade industrial, o que por ventura seria intensificado nos anos 30. Os governantes intensificavam o processo do êxodo rural, e a constituição das cidades. Foram empreendidas diversas construções, a fim de dar visibilidade ao novo sistema de governo, a cidade Belo Horizonte, como tantas outras no país, são símbolos disso.

A educação seria um mecanismo de extrema importância na formação deste novo homem, paulatinamente surgiram múltiplas reformas nos Estados, o objetivo era oferecer a educação em massa e popularizar o ensino. Em Minas Gerais, na gestão do presidente de Estado João Pinheiro, no ano de 1906, é realizada uma reforma no ensino primário e normal, criando diversas instituições que teriam como função, formar novos adeptos ao



republicanismo. Neste ato do governo, foram criados os grupos escolares: “nesse novo modelo educacional, o ensino passou a ser organizado em classes seriadas, na qual as crianças passaram a ser agrupadas de acordo com o nível de conhecimento, tendo um docente responsável por cada turma” (CABRAL; AZEVEDO, 2012, p. 187).

“A instalação dos grupos escolares traz a marca da modernidade, tão aspirada pela República brasileira e apresentada como solução para os problemas sociais” (CARVALHO; BERNARDO, 2012, p. 141). Este modelo era destinado à educação pública dos pobres e da classe trabalhadora, por isso no currículo eram trabalhadas com ênfase as disciplinas de língua pátria, escrita, leitura e aritmética. Nestas instituições a professora primária, deveria direcionar sua práxis através do método intuitivo, em consonância com o programa de ensino e com o calendário escolar (YAZBECK; SILVA, 2007). Os diretores e inspetores (municipais e estaduais) tinham a responsabilidade de fiscalizar o cumprimento da legislação educacional – na República intensificou-se a cobrança e fiscalização no contexto escolar.

Para a fiscalização das práticas pedagógicas preconizadas para esse novo modelo educacional, era preciso que tivesse alguém dentro da escola capaz de gerenciar, sistematizar e organizar os processos educativo. Em função dessa necessidade, surge o cargo de diretor escolar. Cabia a essa figura fazer a interlocução junto ao governo estadual e seus representantes e implantar as diretrizes administrativas e pedagógicas determinadas por essa esfera nos grupos. Dessa maneira, alguém se tornaria responsável pelo funcionamento desses estabelecimentos de ensino (CABRAL; AZEVEDO, 2012, p. 188).

O diretor nos grupos escolares, era o representante do Estado na instituição. Dentre suas atribuições estava manter em dia a escrituração escolar, enviar relatórios sempre que solicitado à Secretaria do Interior, e gerir o financeiro da instituição. A legislação da época, não apontava a obrigatoriedade do Estado em arcar com as despesas do educandário, como veremos nos resultados e discussões deste trabalho, no entanto é importante frisar que a sociedade no início do século XX é marcada por uma expressiva desigualdade social.

Para manter a frequência dos alunos, principalmente no oferecimento à insumos necessários aos considerados pobres, são criadas as “Caixas Escolares”, cujo objetivo é gerir os recursos do educandário. A legislação João Pinheiro, não apresentava em seus



artigos a orientação de como seria o funcionamento destes órgãos, isso aconteceu somente cinco anos depois, com o decreto 3.191 de 09 de julho assinado pelo presidente do Estado Júlio Bueno Brandão. É importante frisar como ainda não havia esta normatização no recorte temporal desta pesquisa, a organização da “Caixa Escolar” do Grupo Escolar de Diamantina estava na responsabilidade do diretor.

O papel da Caixa Escolar era bastante singular. Além de seus objetivos referentes à assiduidade escolar já citados, sua atuação era restrita aos alunos considerados exageradamente pobres. A estes alunos, individualmente, deveria ser proporcionado o auxílio com os seguintes elementos: fornecimento de alimentos; idem de vestuário e calçados; assistência médica e fornecimento de livros, papel, pena e tinta. Além disso, os recursos obtidos pela Caixa Escolar seriam utilizados na aquisição de livros, estojos, medalhas, brinquedos, etc., a serem distribuídos, como prêmio, aos alunos mais assíduos (CARVALHO; BERNARDO, 2012, p. 147).

Os recursos da Caixa Escolar eram oriundos de festas, quermesses, teatros, donativos de espontâneos e legados, gratificações aos professores que não faziam jus em virtude de faltas e/ou licenças, joias e subvenções pagas pelos sócios (CARVALHO; BERNARDO, 2012). Para as autoras, a organização deste setor nos grupos escolares, era um movimento do Estado em impulsionar aos diretores, inspetores e professores consolidar este novo modelo de educação, vale destacar:

Faz-se equivocado, ainda, no nosso entender, considerar a caixa escolar como um mecanismo de financiamento da educação, porquanto esta, mesmo amparada legalmente, e se configurando obrigatória em todos os estabelecimentos de educação pública primária no Estado de Minas a partir de 1911, não obtinha recursos provenientes do Estado, mas sim de iniciativas particulares a cada escola (CARVALHO; BERNARDO, 2012, p. 154).

Nesse sentido, a Caixa Escolar era um mecanismo utilizado para a filantropia, pois era uma forma de amenizar as desigualdades presentes no contexto escolar, fornecendo insumos necessários para os alunos. No Grupo Escolar de Diamantina percebemos a compra de utensílios destinados à manutenção do educandário, mas também aquisição de uniformes para os alunos pobres. Esta ação consistia em fomentar o discurso republicano no acesso à todas as crianças à escola, possibilitando a elas e a seus familiares serem moldados de acordo com esta nova perspectiva.



METODOLOGIA

A metodologia utilizada foi a pesquisa documental, com as seguintes etapas, inicialmente foi realizada o levantamento de fontes na Escola Estadual Matta Machado, antigo Grupo Escolar de Diamantina. Neste arquivo, foi identificado o livro de Caixa Escolar – principal fonte desta pesquisa, neste material foram encontrados os dados referentes as receitas e despesas do GED. Posteriormente realizou-se a análise na legislação educacional da época: a Lei 439 de 29 de setembro de 1906, e no decreto nº 1960 de 16 de dezembro de 1906 – aprovou o regulamento do ensino primário e normal do Estado, o objetivo consistiu em verificar como era descrito a manutenção financeira destes educandários. Posteriormente, ocorreu a catalogação das fontes e análise dos dados obtidos, que foram interpretados sob a perspectiva apontada pelos autores: Mello (2009), Cabral e Azevedo (2012) e Carvalho e Bernardo (2012).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Podemos perceber que a reforma João Pinheiro contribuiu para o surgimento da “Caixa Escolar” nos grupos escolares. Como falado anteriormente, esta instituição de educação primária, atendia a um maior número de alunos, se comparado com as escolas isoladas no Brasil Imperial. Ofertar educação em massa, requer dentre muitas coisas, recursos financeiros, para que as atividades pedagógicas possam acontecer conforme preconiza a legislação educacional da época.

No “Regulamento da Educação primária e normal do Estado” aprovado pelo decreto nº 1960 de 16 de dezembro de 1906, apresentava alguns artigos destinados à explicitar de como se daria a oferta de materiais para o funcionamento dos grupos escolares, no entanto, nota-se que a legislação não atribui ao governo a responsabilidade de manter os educandários.

Art. 46. O governo fornecerá , como for possível, às escolas officiaes livros para matrícula, ponto diário, actas de exames e artigos para expediente. Fornecerá igualmente livros de estudos destinados aos alumnos reconhecidamente pobres (MINAS GERAIS, 1906b, p. 161).



Art. 50. Na medida do possível, o governo fornecerá às escolas publicas primárias, os utensílios e os aparelhos convenientes ao ensino e bem assim a mobília indispensável (MINAS GERAIS, 1906b, p. 162).

Nos dizeres do decreto, fica explícito que era necessário os diretores adotarem alguns mecanismos para acarream fundos para a manutenção do dia-a-dia dos grupos. Nesse sentido, a “Caixa Escolar” do Grupo Escolar de Diamantina (GED) é criada em 1907, mas os registros começaram a ser feitos em abril de 1908. Vale destacar que esta instituição é fruto da reforma João Pinheiro, em setembro de 1906 foi promulgado o decreto de sua criação, e sua instalação ocorreu em aproximadamente dois meses.

O cargo de direção do GED foi assumido por Cícero Arpino Caldeira Brant, um advogado recém formado, detentor de experiência no magistério em um colégio da cidade de São Paulo, no entanto, não foram encontradas fontes que revelam a sua atuação como professor em Diamantina. Cícero pertencia a uma família influente, alguns de entes compunham o governo legislativo da cidade (THOMÉ, 2017).

O termo de abertura do livro da Caixa Escolar do GED, datado em 09 de dezembro de 1907, foi assinado pelo suplente do inspetor municipal o padre Porphyrio Fernandes de Azevedo. Neste material, são registradas todas as receitas e despesas do educandário no intertício desta pesquisa, a partir de abril de 1908 encontramos dados da organização financeira do grupo. Um fato que nos chama atenção, mesmo um modelo de educação, que prometia a modernidade, mantinha relações com a Igreja.

Contém este livro com cem folhas, e servirá para nelle se registrar toda a escripturação da caixa escolar, pertencendo ao grupo escolar, desta cidade, levando no fim do mesmo o termo de encerramento. Diamantina, 9 de dezembro de 1907 (LIVRO DE CAIXA ESCOLAR, 1907, p. 01).

O diretor era o responsável por fazer todos os registros da caixa escolar, devido ainda neste período não ter sido formulada uma legislação própria que regulamentava o funcionamento destes órgãos. Mensalmente, eram registradas todas as receitas (entradas) e despesas (saídas) do educandário. O que nos chama atenção, nos balanços mensais não há a assinatura do diretor e nem do inspetor escolar – sendo estes representantes do Estado na instituição. A identificação da autoria, só foi possível, mediante à análise realizada em outros documentos produzidos na gestão do Cícero.



Figura 01: Balanço do mês de maio de 1908.

Maio de 1908

Dare:		Have:	
Saldo	22\$000	34 metros de prumo azul	17\$50
Subvenção da Câmara	50\$000	id. S. Augusto (Buz. finta)	1\$000
	<hr/> 72\$000	Unif. para as meninas pobres	23\$000
		Saldo de trez. gnos	24\$450
			<hr/> 72\$000

Fonte: Livro de Caixa Escolar (1907, p. 03). Acervo do autor.

Na imagem acima, percebemos que o governo municipal fornecia ao educandário um subsídio mensal de 50\$000 (cinquenta réis), mesmo estando recente a criação do GED. “Eventualmente, as câmaras municipais destinavam recursos para as Caixas Escolares” (CARVALHO; BERNARDO, 2012, p. 147). No arquivo público mineiro, estão disponíveis diversos relatórios enviados pelo diretor Cícero à Secretaria do Interior, no qual, ele realiza diversas cobranças ao governo estadual para enviar os recursos financeiros a instituição. Ou seja, havia um discurso na difusão do ensino, no entanto, o envio de verbas não era algo regular.

A direção do grupo utilizava alguns meios para arrecadar fundos, como peças teatrais e concertos musicais. Vale destacar também, que os descontos realizados nos pagamentos das professoras devido à falta ou licenças eram repassados para a Caixa Escolar. Nota-se a recorrência destes acontecimentos a partir de agosto de 1908, no recorte temporal desta pesquisa, as professoras que se ausentaram devido à licença saúde foram Agostinha Sá Corrêa Rabello (abril e maio de 1909) e Hilda Rabello da Matta Machado (maio e junho de 1909).

A única verba orçamentária que procedia dos cofres públicos e se destinava à Caixa Escolar, se definia em um recurso vinculado ao pagamento de gratificação para os professores que, automaticamente,



perdiam o benefício caso se licenciassem ou faltassem ao trabalho mais vezes do que o número limite permitido (CARVALHO; BERNARDO, 2012, p. 147).

Diversas são as despesas registradas, como compras de materiais escolares necessários para o direcionamento das aulas (papéis, cadernos, livros, lápis, lousas), linhas, agulhas (para as aulas práticas). Materiais de manutenção, como fechadura, tintas, querosene, velas, vassouras, panos, creolina, baldes. Restauração de móveis, vidraças e de instrumentos musicais. Pagamento aos prestadores de serviços Francisco Guedes, Augusta Bagô, Delfim, Altino, Guerra Araújo, Carlos Motta, Eurico Bagô. Neste modelo de educação, tem-se uma preocupação em registrar os acontecimentos, o fotógrafo Laplaige era requisitado pela direção do GED, para eternizar alguns eventos, conforme descrito no livro.

Em alguns balancetes, têm-se como despesas uniformes para os alunos atestados como pobres – este reconhecimento era realizado no momento da matrícula, pela direção e referendado pelo inspetor escolar. Os livros de matrícula dos grupos escolares, traziam informações sobre os dados pessoais da criança, sua filiação, profissão dos pais, condições financeiras (se é rico ou pobre) e endereço de moradia. O ato da escola doar os uniformes, vem afirmar como o público destas instituições era heterogêneo, pois proviam de diversas partes da cidade, marcada historicamente pela escravidão e pela produção de diamantes. No recorte temporal desta pesquisa, a caixa escolar do GED gastou um total de 121\$400, no primeiro ano de funcionamento houve mais doações de uniformes, se comparado com o segundo.

Outra despesa habitual era a compra de prêmios para os alunos destaques, uma forma de manter as desigualdades presentes no espaço escolar. É importante destacar que esta escola, mesmo sendo republicana, carrega algumas tendências presentes no Império. Os exames classificatórios – forma defendida pela legislação para o controle e verificação das aprendizagens, um mecanismo excludente. Em pesquisas anteriores, constatou-se como havia um alto índice de reprovação e evasão no GED (THOMÉ, 2017). Os prêmios também eram um aparato voltado para o controle dos tempos e dos espaços escolares, pois almejava-se impor às crianças determinadas condutas para conseguir a recompensa.

Na tabela a seguir há uma síntese de todas as receitas e despesas do GED no período de abril de 1908 a agosto de 1909:

SÍNTESE DA CAIXA ESCOLAR DO GRUPO ESCOLAR DE DIAMANTINA (1908-1909)				
MÊS	ANO	RECEITAS	DESPESAS	OBSERVAÇÃO
Abril	1908	151\$000	129\$000	
Mai	1908	72\$000	72\$000	
Junho	1908	139\$000	35\$400	
Julho	1908	261\$100	226\$600	
Agosto	1908	99\$000	75\$700	
Setembro	1908	73\$800	55\$600	
Outubro	1908	72\$400	59\$200	
Novembro	1908	63\$200	51\$200	
Dezembro	1908	72\$000	59\$700	Neste registro há um erro, na verdade pelas receitas o correto é 62\$000.
Janeiro	1909	374\$300	305\$600	
Fevereiro	1909	123\$320	110\$500	
Março	1909	80\$320	32\$200	
Abril	1909	153\$120	78\$500	
Mai	1909	239\$370	237\$820	
Junho	1909	94\$050	7\$200	
Julho	1909	136\$850	77\$600	
Agosto	1909	109\$250	63\$880	

Fonte: Livro de Caixa Escolar (1907, p. 02 a 18). Autoria do próprio pesquisador.

Por estes registros, percebe-se que o Grupo Escolar de Diamantina, na gestão do diretor Cícero Arpino Caldeira Brant mantinha-se em saldo positivo. Em janeiro de 1909, a câmara municipal ofereceu a instituição uma subvenção de 300\$000 distribuídas em: “votação da câmara 250\$000 e subvenção da câmara 50\$000” (LIVRO DE CAIXA ESCOLAR, 1907, p. 11). Pela ausência de fontes, não se sabe o porquê deste dinheiro, e o que está relacionado à essa votação. Após a saída de Cícero da direção, assume a professora Mariana Corrêa de Oliveira Mourão, a partir de agosto de 1909, caberia a ela fazer os registros das finanças do GED.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A proposta Republicana consistia em formar outro cidadão, pautado na perspectiva da modernidade, objetivando dessa forma, esquecer o passado imperial. Para isso, diversos setores foram alterados em sua organização, um deles foi à escola. Diversas reformas educacionais foram empreendidas com o passar dos anos no Brasil, em Minas Gerais, o ano de 1906, na gestão do presidente de Estado João Pinheiro, ocorreu uma



reforma que alterou a organização da educação primária e normal, intensificando uma nova cultura escolar a ser adotada.

A criação dos Grupos Escolares, denominado para alguns autores como a aglutinação de escolas isoladas, trouxe consigo o ensino seriado, classes homogêneas – salas destinadas à meninos e meninas separadamente, as turmas mistas seria quando não houvesse número considerável de alunos. Nestes educandários, as professoras deveriam usar o método intuitivo, conhecido como lições das coisas. Para desenvolver o sentimento patriota sucederam diversos eventos como festa da bandeira, dia da proclamação da República.

O Grupo Escolar de Diamantina – fruto da Reforma João Pinheiro, criado em 1907, uma instituição voltada para a formação das crianças nos ideais republicanos. Em virtude da legislação da época, não trazer com clareza a constituição das Caixas Escolares, tendo isso ocorrido somente em 1911, com o decreto 3.191 de 09 de julho, assinado pelo presidente do Estado Júlio Bueno Brandão. No recorte temporal desta pesquisa, a Caixa Escolar do GED era gerida pelo diretor da instituição Cícero Arpino Caldeira Brant, mesmo os balancetes mensais não constarem a sua assinatura, a autoria dos registros foi verificada por meio da comparação da caligrafia em outros documentos presentes no arquivo da instituição.

Sendo assim, as Caixas Escolares tinham como função manter a frequência das crianças pobres. Segundo Carvalho e Bernardo (2012), não podemos afirmar que se trata de um financiamento da educação, pois os recursos advindos do governo eram escassos. Trata-se, portanto, de uma atividade voltada para a filantropia, em 1911, isso fica ainda mais evidente, com a regulamentação destes órgãos pela legislação da época.

No Grupo Escolar de Diamantina, as receitas relacionavam-se à subvenção mensal da câmara em 50\$000 e nos eventos realizados pelo educandário, como teatros e concertos musicais. Já como despesas estão as compras de uniformes para os alunos pobres, materiais escolares, aquisição de livros, materiais de manutenção do educandário e o pagamento aos prestadores de serviços. Assim, a Caixa Escolar é um mecanismo de oportunizar as mesmas condições de acesso às crianças diamantinenses, em meio a uma sociedade marcada por uma ferrenha desigualdade social.



REFERÊNCIAS

CABRAL, T. E. M. AZEVEDO, D. S. de. A gestão pedagógica nos primeiros anos de funcionamento do Grupo Escolar Silveira Brum (1912-1930). **Educação em Perspectiva**, Viçosa, v. 3, n. 1, p. 185-204, jan./jun. 2012. Disponível em: <http://www.seer.ufv.br/seer/educacaoemperspectiva/index.php/ppgeufv/article/view/File/236/82>. Acesso em: 20 set 2020.

CARVALHO, R. A. BERNARDO, F. O. Caixa Escolar: instituto inestimável para a execução do projeto de educação primária. **Educação em Foco**, Juiz de Fora, v. 16, n. 3, p. 141-158, 2012. Disponível em: <https://www.ufjf.br/revistaedufoco/files/2012/08/Texto-061.pdf>. Acesso em: 20 set 2020.

MELLO, M. T. C. de. A modernidade Republicana. **Tempo**, v.13, n. 26, p. 15-31, 2009. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-77042009000100002>. Acesso em: 10 ago 2020.

THOMÉ, L. M. **O exercício da profissão de professor no Grupo Escolar de Diamantina (1907-1909)**. Diamantina, 2017. Dissertação (Mestre em Educação) - Programa de Pós Graduação em Educação, Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri. Disponível em: http://acervo.ufvjm.edu.br/jspui/bitstream/1/1649/1/luan_manuel_thome.pdf. Acesso em: 11 jul 2020.

YAZBECK, D. C. de M; SILVA, M. N. K da. Grupo Escolar: O símbolo da república, analisado através das páginas da imprensa local de Juiz de Fora (1907-1908). **Educação em Foco**, n. Especial, p. 145-154. Juiz de Fora: 2007. Disponível em: <http://www.ufjf.br/revistaedufoco/files/2013/05/11.pdf>. Acesso em: 05 maio 2020.

Fontes Documentais

LIVRO DE CAIXA ESCOLAR. Escola Estadual Matta Machado, 1907.

MINAS GERAIS. **Lei 439 de 29/09/1906**. Coleção Leis e decretos do Estado de Minas Geraes, Belo Horizonte, Minas Geraes, 1906. Acervo do Arquivo Público Mineiro. BH, Minas Gerais.

_____. **Decreto 1960 de 16/12/1906**. Coleção Leis e decretos do Estado de Minas Geraes, Belo Horizonte (MG): 1906b. Acervo do Arquivo Público Mineiro.